

## A QUESTÃO DO GÊNERO E SUA RELAÇÃO COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO NORDESTINO

Ivone Gonçalves Espindola (1); Fábio Freitas Schilling Marquesan (1); Luiza Eluina Moreira Cunha (2); Marília Monteiro dos Santos (3).

Universidade de Fortaleza – UNIFOR (igespindola@hotmail.com)

### Resumo

O objetivo primordial deste trabalho seria o de compreender a maneira como a execução das políticas públicas P1MC e Bolsa Família modifica a vida de mulheres no semiárido. Chegamos a esboçar um texto que desse conta de tal objetivo, mas nos deparamos com o problema de ir ao campo empírico com um instrumento de coleta de dados ainda imaturo. Diante disso, optamos por dar um passo atrás a fim de somar esforços em prol da construção de um roteiro de entrevistas semiestruturado que pudesse melhor captar a riqueza do fenômeno que nos propusemos a investigar. Por conseguinte, o objetivo imediato deste trabalho passa a ser o seguinte: elaborar um instrumento de coleta de dados (roteiro de entrevistas) capaz de proporcionar uma compreensão acurada acerca de como a execução de determinadas políticas públicas altera a vida de mulheres que vivem no semiárido. Apesar das conquistas vivenciadas pelo povo sertanejo, é notório que a cultura da discriminação contra a mulher ainda se encontra viva. Daí a importância dessas políticas públicas, pois vêm para amenizar os resultados trazidos pela seca e melhorar a vida das pessoas que ali residem. O bolsa-família é uma política pública em que a maioria dos beneficiários são mulheres e, por meio dele, elas passaram a ter mais autonomia financeira. Já a P1MC, além de amenizar as consequências da seca, trouxe para a mulher melhor qualidade de vida, pois hoje a família possui água nas proximidades de casa, não precisando mais se deslocar longas distâncias para conseguir água potável.

Palavras-chave: Gênero, semiárido, políticas públicas, cultura.

### Introdução

A dominação masculina é algo que se perpetua na sociedade. É uma característica herdada histórica e culturalmente, que se mantém até os dias de hoje, e que a sociedade a justifica como algo natural, advindo de uma diferença biológica. Bourdieu (2012, p.8) afirma que “ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas ‘sexuadas’), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos *habitus* dos agentes...”.

O século XIX simbolizou um período marcado pelo fortalecimento da luta das mulheres em prol da conquista de um espaço mais igualitário tanto em casa quanto nas disputas de poder no campo social mais amplo. Lutas essas que evidenciam maior autonomia

e igualdade em relação aos homens na aplicação de direitos. Como resultado dessas lutas, surgiram manifestações em busca de direitos como o voto, inserção no mercado de trabalho e igualdade salarial. Apesar de termos avançado nessa questão, ainda existem disparidades em vários aspectos.

A dominação masculina está presente em diversas regiões brasileiras, nos mais diferentes estratos sociais. Voltando os olhos para o sertão nordestino, podemos enxergar claramente o predomínio da soberania masculina e a submissão da mulher. Neste contexto, promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres foram os objetivos do milênio, propostos pela Organização das Nações Unidas em 2000, e, por conseguinte tornou-se uma das prioridades governamentais brasileiras (PORTAL BRASIL, 2015).

Para que o governo logre a promoção destas reduções de desigualdades relativas a gênero, surgem as políticas de assistência social brasileiras, com prioridade aos programas de transferência condicionada de renda, que priorizam o repasse de renda às mulheres e envolvem-nas em uma rede de obrigações e condicionalidades para o recebimento do benefício, a exemplo do Programa Bolsa Família (PBF) e do Programa 1 Milhão de Cisternas (P1MC).

Criado em 2003, o programa bolsa família está previsto em lei — Lei Federal nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004 — e é regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004. O PBF caracteriza-se como um programa de transferências condicionadas de renda que beneficia famílias pobres e extremamente pobres, inscritas no chamado Cadastro Único<sup>1</sup>. O PBF beneficiou no mês de setembro de 2016, 1.061.661 famílias, representando uma cobertura de 104,3 % da estimativa de famílias pobres no estado do Ceará (MDS, 2016).

O Programa 1 Milhão de Cisternas (P1MC) visa atender a uma necessidade básica da população que vive no campo: água para beber. Busca, também, melhorar a vida das famílias que vivem na região semiárida brasileira, garantindo o acesso à água de qualidade. Este é o principal objetivo do programa, de modo que possui um papel decisivo no cotidiano das mulheres, uma vez que o acesso à água proporciona melhorias em relação às tarefas domésticas (ASA, 2016).

Uma das preocupações mais usuais nos estudos e pesquisas que utilizam o PBF como objeto de estudo é o recorte de gênero, levando em conta que as mulheres são o público alvo do programa e o rendimento concedido por este é compreendido como uma contribuição

feminina dentro da família. Conceitos como empoderamento e autonomia feminina se tornaram frequentes nos estudos envolvendo as beneficiárias. Algumas pesquisas já evidenciam um crescente poder de decisões, por parte das mulheres, na esfera doméstica (MORTON, 2013; PIRES, 2010; SUÁREZ; LIBARDONI, 2007).

As investigações e debates sobre o programa e suas percepções instigaram posições muitas vezes divididas, algumas em prol de seus efeitos positivos e outras trazendo seus efeitos negativos. Ademais, pondera-se sobre o assistencialismo da política, bem como é enaltecida a ampliação dos direitos da mulher beneficiada. Isso faz com que a política se torne alvo de críticas e questionamentos envolvendo as questões de gênero, uma vez que a família é tomada como foco e a mulher é prioridade na titularidade dos programas e no cumprimento das condicionantes. As discussões recaem sobre a vinculação da mulher ao recebimento do benefício. Além disso, o debate recai sobre a associação do ser mulher à condição de mãe e dona de casa, intensificando assim posições e papéis tradicionais de gênero, tais como a vinculação da mulher ao espaço privado e as tarefas reprodutivas (DA CRUZ PARENTE; DE ARAÚJO; DA COSTA, 2015).

Diante dos fatos mencionados, o trabalho inicial tinha por objetivo compreender de que maneira a execução das políticas públicas como o P1MC e Bolsa Família modifica a vida de mulheres que residem no semiárido cearense. Todavia, consideramos dar um passo atrás com o propósito de aperfeiçoar o instrumento de coleta de dados para validação e posterior aplicação. Assim, por ora, o objetivo do trabalho é validar o instrumento a ser utilizado para a coleta dos dados. Tão logo seja validado, executaremos a pesquisa no campo empírico com o propósito de lograr o objetivo inicialmente proposto.

## **Metodologia**

O artigo apoia-se em pesquisas bibliográficas realizadas em livros, artigos e ensaios de caráter acadêmico cuja temática principal envolvia as questões de gênero como um todo, e também com foco no semiárido nordestino.

Iniciamos o artigo em 2014, contudo a princípio não sabíamos como dar continuidade e qual caminho seguiríamos dentro da linha de gênero. Após pesquisarmos sobre as questões de gênero em um contexto geral, a partir das seguintes palavras-chave: gênero, mulher, homem, desigualdade, analisamos diversos artigos que estivessem atrelados especificamente

às questões do semiárido, bem como a realidade de gênero que se adequa a essa região. Buscou-se mapear o estado da arte das discussões que abordam a temática do gênero, bem como relacioná-las àquilo que é proposto por duas das principais políticas públicas destinadas à transformação do semiárido nordestino brasileiro: a bolsa família e o P1MC.

De posse de todas as informações mencionadas, partimos para a elaboração de um roteiro de pesquisa que nos proporcionasse responder a questão inicial, voltada a compreender como as políticas públicas P1MC e Bolsa Família modificam a vida das mulheres que habitam o semiárido cearense, com o intuito de validar o instrumento de coleta de dados de forma que melhor compreenda a magnitude do fenômeno que nos propusemos a investigar.

O roteiro de pesquisa elaborado está disponível no apêndice, sendo constituído por perguntas direcionadas às beneficiárias das políticas públicas. No primeiro momento as perguntas são de cunho quantitativo para, primeiramente, identificarmos o perfil dessas mulheres, e após perguntas abertas, onde podemos observar a opinião da mulher em relação aos benefícios trazidos por essas políticas públicas.

## **Discussões**

A fim de determinar se o instrumento de coleta de dados é adequado para aplicação às mulheres residentes do semiárido beneficiárias dos programas, a construção do roteiro de entrevistas se deu levando em consideração os aspectos descritos a seguir. A primeira parte do roteiro é composta por informações como a localização/município onde serão coletados os dados, pois a princípio iremos a três localidades diferentes aplicar a pesquisa, a data de realização, e informações como idade, cor/raça, estado civil, se possui deficiência, a escolaridade, se estuda atualmente, religião, se exerce alguma atividade remunerada, com o intuito de conhecer o perfil sócio econômico das respondentes.

Pretendemos aplicar os questionários em três localidades do semiárido nordestino, e a título de exemplo na cidade de Morada Nova, onde no ano de 2015 foram realizados 139.739 pagamentos referentes à bolsa família, sendo uma das 15 cidades que mais realizaram pagamentos no ano passado.

A questão da religião foi abordada pelo fato de que o dinheiro proveniente dos programas também é empregado no dízimo das igrejas evangélicas e na oferta da missa na igreja católica (PIRES, 2010).

Em 2009 foi realizada uma pesquisa pelo MDS onde foi constatado um crescimento do trabalho informal por parte das pessoas beneficiárias do PBF. Acredita-se que há uma incompreensão acerca disso, pois não é proibido que os beneficiários do bolsa família possuam carteira assinada, devem apenas atentar para o fato de continuarem dentro do limite de renda familiar.

Observamos durante a nossa pesquisa sobre o PBF e o P1MC algumas pesquisas de cunho quantitativo (MEDEIROS et al 2007; ROSA,2005; SUPLICY 2007). Estas pesquisas, embora exponham realidades sociais que são importantes para avaliar os programas implantados, necessitam de uma análise qualitativa. Além das questões relacionadas ao perfil social, nos dedicamos a realizar um aprofundamento das questões que se passam nas famílias beneficiárias e que somente poderiam ser captadas a partir de método de pesquisa qualitativo. Por este motivo, optamos em elaborar um instrumento com dois blocos de perguntas que proporcionasse visualizar o perfil socioeconômico das entrevistadas, bem como captar relatos e falas para se analisar qualitativamente.

Com o intuito de compreender como determinadas políticas públicas alteram a vida de mulheres que vivem no semiárido, foram desenvolvidos o segundo e o terceiro bloco de perguntas voltado especificamente para mulheres para que as respondentes possam expressar sua opinião sobre o tema. As questões são direcionadas e focadas para as mulheres beneficiárias, pois se acredita que a mulher, a mãe, é quem melhor gere os recursos familiares, no sentido de priorizar toda a família, principalmente, o bem-estar das crianças, em detrimento dos indivíduos particularmente (PIRES, 2010).

E o último bloco de perguntas foi direcionado ao cônjuge, visto que algumas pesquisas têm ressaltado o papel do PBF no empoderamento das mulheres, mães de família, na medida em que o dinheiro recebido é por elas administrado (CEDEPLAR, 2007).

O PBF tem como principal beneficiária a mulher, mesmo o programa tendo como definição a família e não seus membros individualmente. Em 94% dos casos, é a mulher quem é a titular do benefício, segundo atestam os dados de uma pesquisa realizada com algumas famílias beneficiárias do programa (IBASE, 2007). No site do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, verifica-se, contudo, que esse percentual pode chegar à marca de 97%.

De acordo com o MDS, existem algumas condicionalidades que devem ser cumpridas pela beneficiária do programa, condicionalidades essas que reforçam a importância do cuidado com a saúde e estudos das crianças. Os filhos das beneficiárias deverão cumprir

condicionalidades como a frequência nas escolas, que deveriam ser de 85% e 75% para crianças, adolescentes e jovens respectivamente. Crianças menores de 7 anos devem fazer acompanhamento médico e tomar as vacinas recomendadas, como também, o beneficiário terá que efetuar o recadastramento do programa a cada dois anos, para que possa ser verificado se a família ainda está dentro dos requisitos exigidos.

O programa trouxe para a mulher beneficiária uma nova perspectiva de vida, dando-lhe poder de escolha ao uso do recurso financeiro recebido, não havendo controle dos gastos pelo governo. De acordo com a pesquisa realizada pelo IBASE (2007), grande parte do dinheiro recebido pelo programa é gasto com alimentação, material escolar, vestuário e remédios, proporcionando à família melhores condições de vida.

“O fato de receber e administrar os recursos tem feito com que as mulheres, segundo pesquisas realizadas pelo MDS, tenham fortalecido seu papel na família e na comunidade.” (MDS, 2007). Podemos observar na notícia do MDS, a importância de dar autonomia financeira às mulheres, pois atualmente elas são responsáveis pelo poder de escolha do que de fato é importante para a família naquele momento, visto que o programa bolsa-família não possui um controle dos gastos.

Políticas públicas como o P1MC vêm para beneficiar famílias residentes na zona rural dos municípios da região do semiárido brasileiro, que não tem fontes de água potável próximo de suas casas ou há precariedade nas fontes existentes, e tentar amenizar as consequências na região semiárida. O programa tem como objetivo beneficiar cinco milhões de pessoas, por meio do armazenamento em cisternas da água da chuva, as famílias passam a ter água potável para beber, cozinhar ou realizar atividades do cotidiano. O que possibilita a água estar mais acessível, ao lado da casa, sendo assim não esta em posse de algum órgão ou pessoa, diminuindo o domínio de um grande volume de água, como acontece com alguns açudes, pois muitas vezes estão localizados dentro de propriedades privadas.

O P1MC trouxe mais autonomia para as mulheres, pois em algumas regiões foram elas, principalmente, que construíram as cisternas. Proporcionou às mulheres uma experiência diferente e enriquecedora, criando assim novas oportunidades de trabalho mesmo após a construção das cisternas. Além do que a P1MC trouxe um alívio para as mulheres, pois era comum o local onde se tinha água ser longe de casa, isso fazia com que as mulheres se cansassem mais e sobrasse menos tempo para os cuidados com o lar e diversas outras tarefas

exercidas pela mulher. A água nas proximidades de casa proporciona à mulher uma qualidade de vida superior a que elas vivenciavam anteriormente.

Em Mossoró, por exemplo, a organização das mulheres as ajudou a tomar consciência de que era justo para os grupos de mulheres demandar não apenas cisternas, mas decidir que elas também fossem construídas por mulheres. Assim, a mobilização e associação das mulheres em grupos foi um importante fator no que diz respeito ao apoio à mudança dos papéis tradicionalmente atribuídos quanto à água, para interesses mais estratégicos das mulheres (MORAES e ROCHA, 2013, p. 167).

Com a pesquisa a campo e o contato direto com as famílias e mulheres beneficiadas por meio da P1MC, poderemos investigar se os impactos foram positivos na região do semiárido brasileiro, se proporcionou água de qualidade, geração de renda e alterações nas relações de gênero, bem como se a mulher passou a ter forte participação na construção das cisternas, através do aprendizado em cursos realizados.

## **Conclusão**

Por meio da análise de artigos e relatos de pesquisas, observamos a importância de ir ao campo empírico e ouvir as mulheres que participam das políticas públicas, para que também possamos entender e averiguar se de fato ocorreram mudanças no dia a dia das mulheres que residem no semiárido nordestino e como se deram essas modificações.

Por meio da pesquisa a campo, poderemos investigar se o PBF ou a P1MC tiveram um impacto positivo no cotidiano daquelas que habitam a região, seja por meio de uma autonomia financeira ou possibilitando que a água esteja mais perto de casa, fazendo assim com que a mulher tenha mais tempo livre, pois não é necessário ir buscar água tão longe de casa em açude ou poços. Com esse tempo maior à disposição, é possível que a mulher dedique mais tempo com atividades que sejam de seu interesse, bem como se dedicar a um curso profissionalizante ou até mesmo a uma graduação.

## **Referências**

(83) 3322.3222

contato@conidis.com.br

**www.conidis.com.br**

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CEDEPLAR. **Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família. Sumário Executivo. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional** - Cedeplar/UFMG. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome / SAGI, 2007.

Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase). **Repercussões do Programa Bolsa Família na Segurança Alimentar e Nutricional das Famílias Beneficadas**, 2008.

DA CRUZ PARENTE, Anny Karoline; DE ARAÚJO, Iara Maria; DA COSTA, Luana Ricarto. **Políticas sociais e família: um olhar de gênero sobre o Programa Bolsa Família**, 2015.

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. - **Bolsa Família reforça autonomia e auto-estima das mulheres**. Disponível em: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2007/marco/bolsa-familia-reforca-autonomia-e-auto-estima-das-mulheres>. Acesso em: 22/08/2016.

ASA - Articulação Semiárido Brasileiro. – **Ações P1MC**. Disponível em: <http://www.asabrasil.org.br/acoes/p1mc>. Acesso em: 22/08/2016.

ASA - Articulação Semiárido Brasileiro. Objetivos P1MC. Disponível em: <http://www.asabrasil.org.br/acoes/p1mc#objetivo-p1mc>. Acesso em: 08/10/2016.

PIRES, Flávia. **O Programa Bolsa Família e o consumo das meninas e dos meninos no semiárido nordestino**. Texto apresentado no IX Seminário Internacional Fazendo Gênero, Florianópolis, 2010.

MORTON, Gregory Duff. **Acesso à permanência: diferenças econômicas e práticas de gênero em domicílios que recebem Bolsa Família no sertão baiano**. POLÍTICA & TRABALHO Revista de Ciências Sociais, n. 38, Abril de 2013, PP

SUÁREZ, Mireya; LIBARDONI, Marlene. **O Impacto do Programa Bolsa Família: Mudanças e Continuidades na Condição Social das Mulheres**. In: VAITSMAN, Jeni; PAES-SOUSA, Rômulo. Avaliação de Políticas e Programas do MDS – Resultados – Bolsa Família e Assistência Social, v. 2. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2007. p. 119-162

MEDEIROS, Marcelo, Britto, Tatiana e Soares, Fábio. **Transferência de renda no Brasil. Novos estudos**. - CEBRAP, Nov 2007, no.79, p.5-21. ISSN 0101-3300

ROSA, Maria Marques. **A IMPORTÂNCIA DO BOLSA FAMÍLIA NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS**. Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate. – n.1 (2005) – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2005.

Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário – **A Gestão do Programa**. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/dados>. Acessado em: 20/10/2016.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. **O direito de participar da riqueza da nação: do Programa Bolsa Família à Renda Básica de Cidadania.** Ciênc. Saúde coletiva [online]. 2007, vol. 12, no. 62008-10-14], pp. 1623-1628. < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232007000600023&lng=&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232007000600023&lng=&nrm=iso)>.

Portal Brasil. **Brasil avança na redução de desigualdades entre homens e mulheres.** Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2015/09/brasil-avanca-na-reducao-das-desigualdades-entre-homens-e-mulheres-diz-onu>>. Acessado em: 20/10/2016.

## Apêndice:

### 1. Questionário específico para as mulheres entrevistadas

**Objetivo: Compreender de que maneira a execução das políticas públicas P1MC e Bolsa Família modifica a vida de mulheres que habitam o semiárido cearense.**

- A. Localização/Município: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_\_  
B. Idade: \_\_\_\_  
C. Cor/raça: ( ) Branca ( ) Parda ( ) Negra ( ) Amarela ( ) Indígena ( ) Outra \_\_\_\_\_  
D. Estado Civil: ( ) Solteira ( ) Casada ( ) União Estável ( ) Separada ( ) Viúva  
E. Possui alguma deficiência: ( ) Sim, qual: \_\_\_\_\_ ( ) Não  
F. Escolaridade:

- ( ) Analfabeta ( ) Alfabetizada  
( ) Ensino Fundamental I (Completo) ( ) Ensino Fundamental I (Incompleto)  
( ) Ensino Fundamental II (Completo) ( ) Ensino Fundamental II (Incompleto)  
( ) Ensino Médio (Completo) ( ) Ensino Médio (Incompleto)  
( ) Ensino Superior (Completo) ( ) Ensino Superior Completo (Incompleto)

- G. Está estudando no momento: ( ) Sim ( ) Não, por que? \_\_\_\_\_

Especificar (Em qual série, curso...) \_\_\_\_\_

#### H. Religião:

- ( ) Católica ( ) Evangélico ( ) Umbandista  
( ) Não possui religião Outro: \_\_\_\_\_

- I. Nesse momento exerce alguma atividade de trabalho? ( ) Sim ( ) Não

Especificar qual atividade: \_\_\_\_\_

- J. Possui carteira assinada ou trabalha por conta própria?

---

**K.** A renda gerada pelo trabalho é superior ao bolsa família?

---

**2. Caso a mulher seja beneficiária do Bolsa Família**

- a. Há quanto tempo você é a beneficiária do programa?
- b. O que mudou na sua vida e na da sua família após o início do recebimento do BF?
- c. Geralmente quais são os itens mais comprados com o benefício?
- d. Se for casada, o seu esposo fez alguma objeção sobre ele não ser o beneficiário?
- e. Quem decide como o dinheiro vai ser gasto?
- f. Como você avalia o bolsa família?

**3. Caso a mulher seja beneficiária da P1MC – PROGRAMA UM MILHÃO DE CISTERNAS**

- a. Você acha que o P1MC mudou a vida das mulheres? Se sim, em quê?
- b. Você participou de curso para a implantação?
- c. Você sentiu alguma reação negativa das pessoas ao observarem uma mulher participando da construção da cisterna?
- d. Como você avalia o P1MC?

**4. Cônjuge (companheiro/a)**

- O que você acha da mulher ser a beneficiária? Mudou algo na relação da família?
  - Caso a mulher tenha participado da construção de cisternas, qual a sua opinião em relação a isso.
- 

i

O Cadastro Único (também conhecido como CAD) tem como principal objetivo poder caracterizar e agrupar as famílias de baixa renda em situação de pobreza (ou pobreza extrema). Ter os dados de sua família inseridos no Cadastro Único traz uma série de benefícios. O maior deles é a possibilidade de poder ser incluído em programas de assistência social e distribuição de renda, como o Bolsa Família.

